



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FRANCISCA VERIDIANA DA SILVA

**UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE QUEM SÃO SUJEITOS DA
EJA E QUAIS SUAS EXPECTATIVAS NA SALA DE AULA**

JOÃO PESSOA
2017

FRANCISCA VERIDIANA DA SILVA

**UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE QUEM SÃO SUJEITOS DA EJA E QUAIS
SUAS EXPECTATIVAS NA SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB – Campus I, sob orientação da Profa. Dra. Suelídia Maria Calaça.

JOÃO PESSOA
2017

S586b Silva, Francisca Veridiana da.

Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da EJA e quais suas expectativas na sala de aula / Francisca Veridiana da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.

44f. : il.

Orientadora: Suelídia Maria Calaça
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação de jovens e adultos. 2. Perfil discente. 3. Sala de aula.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FRANCISCA VERIDIANA DA SILVA


UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE QUEM SÃO SUJEITOS DA EJA E QUAIS
SUAS EXPECTATIVAS NA SALA DE AULA

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 29/11/17 para obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.

Banca Examinadora:


Dr^a. Suelidia Maria Calaça

(Orientadora)


Dr^o. Alexandre Magno Tavares da Silva

(Examinador)


Dr^o. Severino Bezerra da Silva

(Examinador)

JOÃO PESSOA
2017

Dedico esse trabalho aos estudantes e trabalhadores, que assim como eu lutam diariamente para fazer parte de uma sociedade elitista e excludente, tendo que se impor diante dos dominantes para ocupar um espaço que é nosso por direito. Dedico também, aos jovens, adultos e idosos que interromperam seus estudos e vivem a margem da sociedade, e na maioria das vezes se envergonham por não serem alfabetizados, e na sua ingenuidade não conseguem compreender os diversos fatores que contribuíram para que o seu direito à educação tenha sido negado. A eles, meu mais profundo respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

Francisca Veridiana da Silva

Primeiramente á Deus, pelo dom da vida, por permitir que eu acorde todos os dias, por me dá forças para enfrentar as lutas diárias. Obrigada Senhor!

Aos meus pais, Rosilda e Walmir exemplos de amor, luta e superação, que apesar da extrema pobreza em que viveram e criaram os seus oito filhos, sempre lhes ensinou o valor da vida, do amor, do estudo e do trabalho, nos tornando sujeitos conscientes do nosso potencial, nos ensinando a ser fortes e honestos para enfrentar todos os obstáculos que nos seriam impostos ao longo da vida. Amo-te pais queridos!

Á minha orientadora, professora Suelídia, que apesar de tantos afazeres aceitou me ajudar na produção desse trabalho, e principalmente, por todo conhecimento que me transmitiu durante nossa vivencia nas aulas de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos, sempre serei grata.

Á esta Universidade e a todos que fazem parte dela, desde o pessoal da limpeza até a reitoria.

E por fim, agradeço a mim mesma, por ter conseguido concluir essa graduação quando tudo era contrário, pelas dificuldades e exclusão que sofri dentro da universidade e nem isso me fez desistir, pela distância e saudade da minha família que a cada dia me dava mais força para seguir em frente, e eu segui... E consegui!

Grata.

“Educar-se é impregnar de sentido cada momento da vida, cada ato cotidiano.”

Paulo Freire

SILVA, Francisca Veridiana. Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da EJA e quais suas expectativas na sala de aula: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC), 2017.

RESUMO

A presente monografia é resultado de estudos realizados na área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. A temática apresentada foi baseada no público atendido por essa modalidade de ensino, a fim de caracterizar os alunos da EJA e suas expectativas nas salas de aula. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas (uma da rede estadual e outra da rede municipal de ensino) ambas localizadas no bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Iniciamos o trabalho por uma breve abordagem histórica da EJA no Brasil, em seguida apresentamos alguns conceitos de EJA através de obras de Gadotti e Romão (2007), Vanilda Paiva (2001), Osmar Fávero (2011), Paulo Freire (1980), e os documentos Parecer 11/2000 e a LDB, na sequência discutimos a metodologia abordada e o perfil do alunado através da coleta de dados mediante entrevista realizada e questionário com aproximadamente 80 (oitenta) alunos com idade entre 16 e 61 anos. Nesta análise, constatou-se que as expectativas dos educandos da EJA vão além da visão que o sistema de ensino e a sociedade têm deles, e que para que a aprendizagem seja realmente significativa todos os envolvidos no processo educacional tenham conhecimento da realidade desses sujeitos.

PALAVRAS – CHAVES: EJA. Perfil discente. Expectativa.

SILVA, Francisca Veridiana. A brief discussion about who are the subject of the EJA and what are their expectations in the classroom: Federal University of Paraíba / Center for Education (Course Completion Work - TCC), 2017.

ABSTRACT

This monograph is the result of studies carried out in the area of deepening in Youth and Adult Education in the Pedagogy course of the Federal University of Paraíba. The thematic presented was based on the public attended by this modality of education, in order to characterize the students of the EJA and their expectations in the classrooms. The research was carried out in two public schools (one from the state network and another from the municipal school network) both located in the neighborhood of Mangabeira, in the city of João Pessoa, state of Paraíba. We start the work by a brief historical approach to EJA in Brazil, and then we present some EJA concepts through works by Gadotti and Romão (2007), Vanilda Paiva (2001), Osmar Fávero (2011), Paulo Freire (1980), and the documents of Opinion 11/2000 and LDB, following the methodology discussed and the profile of the pupil through the data collection through an interview conducted and a questionnaire with approximately 80 (eighty) students aged between 16 and 61 years. In this analysis, it was contacted that the expectations of the students of the EJA go beyond the vision that the educational system and the society have of them, and that for learning to be really meaningful all those involved in the educational process are aware of the reality of these subjects.

KEY WORDS: EJA. Student Profile. Expectations students.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gênero dos alunos

Gráfico 02: Faixa etária dos alunos

Gráfico 03: Por que voltou a escola?

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	9
1.1. JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA -----	9
2. CONCEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -----	11
3. TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS DA EJA NO BRASIL E NA PARAÍBA -----	15
4. PERFIL DOS ALUNOS DA EJA -----	23
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS -----	28
5.1. DESCRIÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA -----	29
5.2. RESULTADO DA PESQUISA -----	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	39
7. REFERENCIAS -----	40
8. ANEXOS-----	42
9. APÊNDICES-----	43

1.INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino em etapas, compreendendo o ensino fundamental e médio da rede escolar que atende jovens e adultos que não concluíram ou frequentaram o ensino regular em idade apropriada. O presente trabalho tem como foco principal a alfabetização de jovens e adultos, dando ênfase ao perfil do alunado, ou seja, apresentar através de pesquisa realizada características do público que frequenta essa modalidade de ensino, conhecer um pouco da realidade dos mesmos, suas expectativas em relação a escolarização e principalmente os motivos que os fizeram deixar a escola há tempos atrás e retornar agora.

O interesse pela abordagem do tema para elaboração do presente trabalho nasceu através das vivências nas salas da EJA, durante os dois últimos períodos do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. Durante minha permanência na EJA, surgiram várias inquietações e o desejo de conhecer um pouco mais sobre quem são aquelas pessoas que depois de um dia inteiro de trabalho ainda procuravam as escolas, o que de fato elas desejavam e quais suas expectativas em torno da escolarização ou conclusão da escolarização básica e média.

Inicialmente é dado o conceito da EJA enquanto modalidade de ensino de acordo com as leis que regem a educação no nosso país, tendo o art.37/38 da LDB e o Parecer 11/2000 a regulamentação que reconhece a educação para jovens e adultos de maneira gratuita e obrigatória a todos os cidadãos, descrevendo teoricamente a EJA como uma modalidade de ensino por suas funções: reparadora, equalizadora, e qualificadora. Em seguida, é feita uma breve linha do tempo da trajetória da educação de adulto no Brasil, e na Paraíba, desde o início do século XX quando surgiram as primeiras escolas de adultos, os movimentos e campanhas em favor da educação, a criação da LDB em 1961 com novas concepções pedagógicas sobre a educação e a suspensão das campanhas e movimentos com o golpe militar de 1964.

No capítulo seguinte temos as reflexões teóricas sob a visão de alguns autores, sobre perfil sociocultural e econômico dos sujeitos e posteriormente apresentamos o campo e a análise da pesquisa realizada, a qual possibilitou através da aplicação de questionários e entrevistas conhecer a opinião dos

jovens e adultos, seus anseios, medos, expectativas em relação à escolarização. A pesquisa foi qualitativa, permitindo a compreensão referente ao tema, assim, os dados coletados foram analisados e comentados com o intuito de justificar a relevância do tema.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo da Educação de Jovens e Adultos focando e refletindo sobre o perfil dos alunos no atual contexto da educação brasileira. Dentre os objetivos específicos podemos destacar: identificação do perfil dos educandos que iniciaram ou retomaram aos estudos e a verificação das razões que os fizeram procurar a EJA para iniciar ou dá seguimento a sua escolarização, conhecer suas expectativas em relação à escola, para que de posse dessas informações possa contribuir de forma significativa com o processo educativo dessa modalidade de ensino, a partir de dados obtidos através da identificação do perfil dos alunos valorizando as diversas culturas trazidas para dentro das salas de aula, para que os educadores possam oferecer condições de aprendizado que se aproxime da realidade dos sujeitos.

2. CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de ensino apresenta uma trajetória de desafios, principalmente por ser considerada por alguns uma alternativa para minimizar o problema social no país. Porém, essa modalidade, durante grande período, não era considerada prioridade educacional, sendo rotulada como política compensatória para suprir a perda de escolaridade em idade própria.

Explica a Fundação Vale:

Identificada como a educação dos “carentes, marginalizados e excluídos”, as propostas de EJA assimilaram por muito tempo o papel de “educação mínima” direcionada àqueles com “possibilidades também precárias de desenvolvimento e aprendizagem”. A superação dos preconceitos e o reconhecimento dos jovens e adultos pouco escolarizados como sujeitos de aprendizagem, produtores e disseminadores de conhecimentos é um ponto de partida importante para avançarmos em direção a uma EJA adequada às demandas específicas de articulação e construção de novos saberes significativos para educadores e educandos, demandas estas que se expandem para a satisfação de necessidades básicas (e não mínimas) de aprendizagem; básicas porque consideram as especificidades dos grupos, a diversidade de experiências dos indivíduos e dos coletivos (FUNDAÇÃO VALE 2014, p.14).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96 a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, que tem por objetivo oportunizar a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio nas idades apropriadas por motivos diversos. Salientando que embora as iniciativas políticas voltadas para essa modalidade seja antiga, somente em 1996 ocorre a aprovação para integrar a Educação de Jovens e Adultos na LDB.

Desse modo, percebemos que além de ser uma política educacional, a EJA é principalmente uma política social, promovendo a escolarização e consequentemente viabilizando aos alunos melhores oportunidades de trabalho, melhor qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade. Essa definição da EJA nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

Segundo GADOTTI e ROMÃO (2007), o conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem mudando no decorrer da História da educação do nosso país, mudando sua significância a partir do contexto histórico da época. Assim, em julho de 1997, realizou-se em Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia V), aprovando a “Declaração de Hamburgo” entendendo a Educação de Adultos como um direito de todos e destacando a importância de considerar diferentes necessidades e especificidades dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino. Essa Declaração destacou a importância da diversidade cultural, trazendo para a EJA temas como: a cultura da paz, da educação para a cidadania, desenvolvimento sustentável, a educação de gênero, a educação indígena, das minorias, a terceira idade, a educação para o trabalho, o papel dos meios de comunicação e a parceria entre Estado e sociedade civil. A EJA, desse modo,

[...] Engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade (CONFINTEA V, 1997).

O Parecer CNE/CEB 11/2000 – homologado pelo Ministro da Educação em 07 de julho de 2000 –, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, normatizando a educação de pessoas jovens e adultas em todas as suas modalidades, definindo diretrizes nacionais que devem, obrigatoriamente, ser observada na oferta da EJA, nas etapas fundamental e média, nas formas presencial e semipresencial, com a certificação de conclusão de etapas da educação básica, em instituições que integrem a organização da educação nacional, considerando o caráter próprio desta modalidade de educação.

O Parecer 11/2000 descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida. O objetivo do Parecer 11/2000 é esclarecer o conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais tirando dúvidas que cercavam os envolvidos no assunto e fazê-las viger sobre a EJA. A visão

presente é a da superação da concepção preconceituosa que vê o analfabetismo como causa da pobreza e do atraso desenvolvimentista. Argumenta, contudo, que condições sociais adversas e as marcas de um passado, associado a inadequados fatores administrativos e de planejamento, à escolarização têm condicionado o insucesso de muitos alunos (BRASIL, 2000).

Desse modo, o Parecer reconhece os avanços das políticas públicas em garantir a universalização da Educação e, ao mesmo tempo, considera que condições histórico-sociais comprometem o empenho dos poderes públicos em assegurar uma educação básica para todos. Noutras palavras, uma resposta para:

[...] Uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela [...] em que a ausência de escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto [...]. (BRASIL, 2000, p. 5).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social pendente para os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenha sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é de fato, a perda de um instrumento para inserção na vida social contemporânea. (BRASIL, Parecer 2000, p. 05).

A ideia que o Parecer CEB 11/2000 apresenta é que a inclusão na sociedade, ou seja, no mercado, só pode ser alcançada via investimento pessoal, adquirindo características individuais apreciadas pelo capital, como a capacidade [...] para enfrentar o emprego, o desemprego, e o autoemprego [...] (PAIVA, 2001, p. 56)

Assim, a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em sua trajetória como proposta política reformulada ou renomeada a cada novo cenário de governo na tentativa de resolução de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular que se arrasta por décadas. Desse modo, não significa dizer que essa modalidade de ensino, hoje Educação de Jovens e Adultos, tenha diferentes definições, mas pela própria história da evolução da EJA no Brasil e nas diferentes faces do desenvolvimento histórico da sociedade, o tratamento dos termos associados foi-se confundindo e se

configurando como complementação de estudos e suplementação de escolarização.

3.TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS DA EJA NO BRASIL E NA PARAIBA

A história da EJA no Brasil segue o curso do próprio desenvolvimento da educação e vem acontecendo desde a catequização dos indígenas, a expulsão dos jesuítas no século XVIII desestruturou o ensino de adultos, essa discussão foi retomada no Império. No período de transição do Império-República (1887-1897), a educação foi considerada como causa ou solução dos problemas da nação, houve a expansão da rede escolar e as “ligas contra o analfabetismo” surgindo em 1910 que buscava de imediato a erradicação do analfabetismo, almejando o voto do analfabeto, o caráter qualitativo e a otimização do ensino tiveram como palco as melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, quando foram iniciadas mobilizações em torno da educação como dever do Estado, sendo este um período de intensos debates políticos. (PAIVA, 1973).

As discussões se intensificaram nas décadas de 20 e 30 do século XX com os movimentos políticos de 1930, ocorrendo mudanças políticas e econômicas, bem como o processo de industrialização no Brasil; a EJA começa a marcar seu espaço na história da educação brasileira:

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (PAIVA, 1973, p. 168).

Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na Constituição de 1934, foi estabelecido como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional.

Foi a partir da década de 40 do século XX que aconteceram grandes mudanças e iniciativas que possibilitaram avanços na educação do país e conseqüentemente na educação de adultos. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem colaborar com o objetivo da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes, que entendiam que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país, vinculando a educação de adultos à educação profissional. Nesse momento da

história, a educação é considerada como fator de segurança nacional tendo em vista o alto índice de analfabetismo.

Com a implantação da Lei 5.692/71 em 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi conferida a educação de jovem e adulto caráter supletivo e com o mesmo padrão do ensino fundamental. Mais tarde, com a Lei 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37), traz uma nova perspectiva para educação de jovens e adultos, possibilitando sua organização dentro de tempo e espaço disponível a sua realidade dos sujeitos, mais ainda sim tem traços supletivos, com ensino aligeirado para suprir a necessidade de certificação. Diz a LDB:

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (LDB, Art. 37, §1º, Brasil, 1996).

Desse modo, antes de caracterizar os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e na Paraíba, é importante discutir alguns fatos ocorridos durante a trajetória da mesma.

Com a proposta de Educação Popular tendo o apoio e importante colaboração de Paulo Freire na década de 60, a EJA recebeu importantes contribuições surgindo várias campanhas e movimentos populares em prol da Educação de Jovens e Adultos, influenciando nas lutas por políticas públicas e uma educação voltada para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada, nos quais se destacam: Movimento de Cultura Popular (MCP, Recife 1960), Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler (Natal, 1961), Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR, 1962), Movimento de Educação de Base (MEB, 1961) e o Sistema de Alfabetização de Paulo Freire, a partir da experiência de Angicos em 1963.

No Estado da Paraíba, tivemos a Campanha da Educação Popular na Paraíba (CEPLAR) criada em 1961 por um grupo de jovens da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba, pertencentes a Juventude Universitária Católica com parceria do governo do estado, interessados na implantação de

um projeto de Educação Popular. Neste período, a Paraíba vivia em situação de extrema pobreza, o índice de analfabetismo absoluto muito alto, principalmente em áreas do interior. Os estudantes se mobilizaram no sentido de conscientizarem-se sobre as questões pertinentes da época e aderem a diversos movimentos se alastrando por todo país na década de 60, tendo sua trajetória interrompida com o golpe militar de 1964. Sobre o Golpe, relata Freire:

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava. (1980, p. 15-16).

Consumado o golpe, põe-se fim os programas que propunham uma transformação social com apreensão de materiais, detenção e exílio de seus dirigentes, a educação voltando a ser instrumento de controle das pessoas. O governo militar, então, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada ABC, em 1967, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada, com esse programa a alfabetização ficou restrito à habilidade de ler e escrever, sendo extinto em 1985, com a chegada da Nova República.

Com o fim do MOBRAL em 1985, surgiram outras iniciativas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar, junto às constituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. No entanto, em 1990, com o Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta sem ser criado nenhum outro projeto em seu lugar. A partir daí então, começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização, passando aos municípios a tarefa de assumir a função da educação de jovens e adultos.

Entre os movimentos que surgiam no início da década de 90 do século XX, podemos destacar o Movimento de Alfabetização (MOVA) que nasceu na cidade de São Paulo no governo Luíza Erundina, na gestão de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação (1989-1991). O MOVA buscava

trabalhar a alfabetização a partir do contexto sócio-econômico das pessoas, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem. Esse movimento tem participação do poder público e a sociedade civil, com o objetivo de combater o analfabetismo, oferecendo o acesso à educação de forma a atender às necessidades e condições dos alunos jovens e adultos e à continuidade dos estudos por meio dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Com significativa atuação no Sul e no Sudeste do país, não conseguiu espaço no Ministério de Educação para tornar a sua prática como política pública para EJA, em 2003, nem mesmo com um presidente da República do Partido dos Trabalhadores, o programa não conseguiu se expandir por todo o país, sobrevivendo ainda em alguns estados e municípios brasileiros, embora descaracterizado. (FÁVERO, 2011).

O programa de Alfabetização Solidária (PAS) foi criado pelo Conselho da Comunidade Solidária em janeiro de 1997, no governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mais tarde, em 2003 passou a se chamar AFASOL, tendo como objetivo de reduzir os índices de analfabetismos entre Jovens e Adultos no país, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos. No entanto, o Programa Alfabetização Solidária (PAS), se assemelhava aos programas da década de 40, reforçando a imagem de incapacidade do analfabeto. Em 1998, surge o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), com o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento, esse programa estava vinculado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), universidades e movimentos sociais. (FÁVERO, 2011).

No ano de 2003, o Governo Federal na gestão do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe o Programa Brasil Alfabetizado, buscando ações para a correção de forma contínua das ofertas de ensino, garantindo o acesso dos sujeitos, e melhoria na qualidade da alfabetização de jovens e adultos, programa direcionado a erradicação do analfabetismo no país. Por meio da transferência de recursos financeiros advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em caráter suplementar, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 04 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas.

Dando mais ênfase a EJA que os governos anteriores, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), trouxe consigo a esperança de que a EJA pudesse ser valorizada, sendo tratada de forma adequada e com a urgência necessária. Dentre as principais iniciativas para a área, podemos citar: o desenvolvimento do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) ligada ao Ministério da Educação (MEC); e a implantação do FUNDEB, que passa a abarcar a EJA. Segundo o MEC, 2017:

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal. Tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (MEC, 2017).

A criação do Programa Brasil Alfabetizado gera ações de caráter social para a Educação de Jovens e Adultos. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. Segundo, o PROJOVEM que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. Terceiro, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006).

A educação de adultos torna-se mais que um direito, é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito

fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

Em 2011 o governo federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que, conforme o seu portal de informações, tem como objetivo “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância” (BRASIL, 2011).

O atual governo, na gestão do Presidente Michel Temer (golpista) que usurpou a presidência, vem avançando na retirada de um dos direitos fundamentais da população que é o acesso à educação, nesse 01 (um) ano de governo ilegítimo nada fez pela educação do país, muito pelo contrário, o mesmo vem apoiando projetos de lei na Câmara dos Deputados que põe em risco os avanços ocorridos nos últimos anos, reduzindo investimentos e extinguindo programas.

No desmonte anunciado das políticas sociais voltadas aos setores populares, antecipa-se a drástica redução de recursos voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para saúde e a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, e prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais, em processo de construção. Mais graves são as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por Temer com o propósito de reduzir os gastos sociais durante os próximos 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), entre elas e, sobretudo, a efetivação da educação obrigatória para todos os jovens entre 4 e 17 anos, o estabelecimento do CAQ/CAQI (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial) e a valorização do magistério da educação básica como política obrigatória em todo o território nacional. Caso aprovada e implementada essa PEC, veremos retroceder o acesso às escolas e universidades públicas, como correspondente incrementando de sua privatização (Educ. Soc. vol.37 no.135 Campinas May./June 2016).

Esse contexto histórico nos dá subsídios para uma breve análise da trajetória dos sujeitos pela educação brasileira, de personagens que trabalham e lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) que estão na raiz do problema do analfabetismo.

Inseridos nessa realidade de negação e busca pela inclusão, os sujeitos da EJA, são pessoas que possivelmente não tiveram um histórico de pessoas estudadas na família (pais) e bem sucedidas profissionalmente, que tiveram que priorizar o trabalho como único meio de sobrevivência, ou donas de casa que tiveram a criação dos filhos e cuidados com a casa como primeiro plano, deixando de lado a formação escolar.

Refletir sobre a EJA como lugar de inclusão social é condição primeira para garantir o direito a essas pessoas a alfabetização, escolarização ampla, profissionalização, assistência social, psíquica etc., que os integrem ao mundo social e produtivo dignamente, pois não é suficiente apenas reconhecer que “o mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país, consequência do processo de exclusão social causado pelo sistema capitalista” (BRASIL, 2009, p. 30). É preciso uma práxis na EJA que permita a inclusão desses como sujeitos de direitos, cumprindo as determinações do Art. 4º da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos quando diz que:

Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (UNESCO, 2015, p. 4)

Sabemos que a ausência dessas pessoas nas políticas educacionais como um todo é histórica e isso merece uma cuidadosa análise de cunho investigativo que aponte as causas dessa exclusão, pois, “[...] por décadas esses jovens e adultos são os mesmos, pobres, oprimidos, excluídos, vulneráveis, negros, das periferias e dos campos. Os coletivos sociais e culturais a que pertencem são os mesmos”, isso se é um determinante presente na “história da sua educação do que a indefinição, imprevisão e diversidade de atores, de ações, espaços e intervenções” (ARROYO, 2005, p. 33). Para ele historicamente os sujeitos da EJA "são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência", e seu "nome genérico", "oculta essas identidades coletivas".

Assim, os direitos sociais dos sujeitos da EJA devem ser requeridos para que seja devolvida a identidade que lhes foi negada geração após geração. Um dos "traços" que ajuda a configurar a realidade da EJA, é a riqueza da EJA como "campo de inovação da teoria pedagógica", sendo muitas das inovações da escola atual, iniciaram-se no "Movimento de Educação Popular". Por isso, "a centralidade das vivências, da cultura, do universo de valores, dos sistemas simbólicos dos educandos e dos educadores nos processos de aprendizagem" devem ser aprofundadas através das novas teorias pedagógicas.

"Não se pode separar o direito à escolarização, dos direitos humanos", [...] Os "jovens-adultos", mesmo que tenham estacionado o processo de escolarização, não "paralisam" os "processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política". [...] É preciso um olhar mais positivo, reconhecendo que os sujeitos da EJA, "protagonizam trajetórias de humanização", participando em lutas sociais pela garantia de seus direitos. (ARROYO 2005: p.24-25)

Para Arroyo (2005: p. 42) "os jovens e adultos que voltam ao estudo, sempre carregam expectativas e incertezas à flor da pele". Logo, o conhecimento da história da EJA e especialmente da história de vida dos educandos, a diversidade de contextos e ao mesmo tempo a similaridade dos problemas e entraves, é essencial aos docentes. Isso por meio de uma prática sensível, aberta ao diálogo constante professor/aluno, e história de vida/temas estudados, humanizando mais o ensino nessa modalidade. Portanto, ao final dessa síntese, voltamos a mensagem principal do autor: urge a necessidade de ver nos alunos de EJA, "mais do que alunos em trajetórias escolares truncadas. Vê-los jovens-adultos em suas trajetórias humanas", ou seja, tratar do processo de inclusão escolar, de modo entrelaçado ao social. Enfim, a EJA precisa ser reconfigurada de forma mais "pública" e "igualitária", mas isso vai além da reconfiguração do sistema escolar, se fazendo necessário o respeito e diálogo a cerca da EJA e seus alunos.

4.PERFIL DO ALUNO DA EJA

Pensar a Educação de Jovens e Adultos nos remete a pensar no público que frequenta essa modalidade de ensino, considerando todo o contexto em que está inserido. Nesse sentido, PAIVA apresenta:

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (Paiva, 1983, p. 19).

É importante que qualquer modalidade de ensino conheça o perfil dos seus alunos para ter condições de ofertar uma educação voltada a realidade daqueles sujeitos, considerando que a escola não é o único espaço de aprendizagem, os espaços formativos são diversos, uma vez que a formação informal se dá nos mais variados espaços (família, igreja, associações, sindicatos de bairros, entre outras), os jovens, adultos e idosos em sua maioria participam desses espaços construindo saberes e aprendizados que vão além do espaço escolar. Sobre os sujeitos:

As experiências vivenciadas na família, na comunidade, na participação social e no trabalho conferem ao ser humano saberes fundamentais que influenciam seu meio, sua cultura e permitem a construção de biografias únicas, ricas, complexas e completas. O reconhecimento da singularidade e do potencial transformador dos conhecimentos construídos nas trajetórias não escolares é ponto de partida para a construção de novos saberes potencialmente transformadores da escola e dos conhecimentos por ela produzidos”.(FUNDAÇÃO VALE, 2014 p. 15)

Para esses alunos, a escola deve ser um espaço de sociabilidade, de transformação social e de construção de conhecimentos pensados numa perspectiva daqueles que aprendem diversos saberes e que tenham um significado concreto, pois sabemos que as condições físicas, mentais e sociais

requerem atenção diferenciada, eles buscam o que acham necessário ao acréscimo do seu aprendizado. Em sala de aula, é clara a preocupação do aluno em saber se o conteúdo ministrado vai ou não servir no seu dia a dia. Ainda é muito recorrente, a visão de que a educação de jovens e adultos tem apenas a função de recuperar o tempo perdido daqueles que não aprenderam a ler e a escrever; compreendendo como resgate da dívida social; até chegar à concepção de direito à educação para todos e do aprender por toda a vida, as descrições variaram, deixando, no imaginário social, a sua marca mais forte, ligada à volta à escola, para fazer, no tempo presente, o que não foi feito no tempo da infância. Nessa visão, Brasil apresenta:

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos na fase adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória nessa fase da vida é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. Homens e mulheres que chegam a escola com crenças e valores já constituídos (BRASIL, 2006, p.4).

Nas cidades, as escolas para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos variados. A cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos (BRASIL, 2006, p 05).

O aluno da EJA para Pinto (2010, p. 83), é um sujeito adulto membro da sociedade ao qual cabe a produção social e reprodução da espécie, é um trabalhador trabalhado, a este, a sociedade determina as condições e possibilidades materiais, econômicas e culturais de seu trabalho. Desse modo, a sua condição de analfabeto ou semianalfabeto não representa total obstáculo à consciência do seu papel social, sendo que a falta da educação formal não é vista por ele como um fator decisivo para sua subsistência, tendo em vista que a educação proveniente de sua participação na realidade social, mediante o trabalho, lhe proporciona fundamentos para participar da política e nas demais esferas da sociedade. Assim, a sociedade acelera em educá-los formalmente

não para criar participação social, pois essa já existe, mais para permitir que esta se faça em níveis culturais mais altos e mais parecidos com os propostos pelos seus dirigentes, cumprindo o que julgam um dever moral, quando na verdade não passa de uma exigência econômica. Dessa forma Vieira Pinto aponta:

O menosprezo pela educação dos adultos, a atitude condená-los; definitivamente ao analfabetismo (parte de sua profunda imoralidade) incide no erro sociológico de supor que o adulto é culpado de sua própria ignorância. Não reconhece que o adulto não é voluntariamente analfabeto, não se faz analfabeto, senão que é feito como tal pela sociedade, com fundamentos nas condições de sua existência. [...] O estado de ignorância relativa no qual se encontra é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos dessas circunstâncias sobre o ser do homem. Não significa que se trate de um de indivíduos mal dotados, de preguiçosos, de rebeldes aos estímulos coletivos, em suma, de atrasados (VIEIRA PINTO 2010, p. 84).

Não podemos falar em EJA sem falar de Paulo Freire e sua concepção sobre o sujeito e a educação de adultos. Fundamentado no pensamento marxista – homem como produto histórico cultural- para entender a negação de liberdade e a realidade daqueles sujeitos marginalizados pela sociedade, Freire apresenta uma visão transformadora, na sua práxis via a educação nascendo da vida, nas lutas, nas experiências do povo. Foi através do dialogo com as massas, em especial os camponeses que Freire sintetizou uma proposta político-pedagógica libertadora, uma pedagogia que nasce da luta, se recria nela e a produz.

A pedagogia freiriana pensa o homem livre, tendo a educação o papel de libertá-lo da sua opressão, ou seja, a educação como ferramenta de igualdade social, tornando o sujeito autônomo e ciente de seu lugar na sociedade, assim, a autonomia e liberdade são bases do método Paulo Freire. A grande proposta de Freire era educar os oprimidos, aqueles sujeitos à margem da sociedade fazendo com que eles pensem sobre aquilo que os oprime, de modo que, no processo de alfabetização já ocorra a conscientização do sujeito do seu papel social. Criticando a “educação bancária, conteudista”, Freire pensou uma proposta que iria contra uma educação com o acúmulo de conhecimento sem reflexão, apoderando-se da vivência do aluno a partir da sua ação sobre o conhecimento estimulando-os a pensar e refletir sua

realidade para que o mesmo possa interferir diretamente sobre ela. Acrescenta Freire:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1997, p.43).

O método freireano toma o diálogo como centro do processo educativo, através dele o sujeito conhece, entende e reflete sobre a realidade em que vive tomando consciência de si mesmo, é geralmente desse diálogo que surge a escolha das “palavras geradoras”, ou seja, palavras utilizadas pelos alunos no seu cotidiano, a partir dessas palavras, o sujeito é levado a pensar no mundo que o cerca. A intenção do método, segundo Paulo Freire é fazer com que o aluno através das “palavras geradoras” possa pensar nos “temas geradores”, temas esses a serem discutidos coletivamente dando liberdade aos sujeitos dentro do processo educativo, acreditando que é na liberdade que se aprende a ser livre, e o diálogo traz essa liberdade, pensando a educação como ferramenta de autonomia do sujeito, construindo homens alfabetizados nas letras e no mundo, ter a liberdade de criar ações concretas formando seus pensamentos e seu próprio lugar de ação, transformando sua própria realidade, avançando na leitura de mundo e compreendendo-se como sujeito de sua própria história. Nesse sentido, apresenta:

Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros cria-dores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a viva-cidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura. [...] Procurávamos uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador, e que identificasse – como fazia notar acertadamente um sociólogo brasileiro – o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender (FREIRE, 1980, p. 41).

Nesse contexto, buscamos nesse trabalho conhecer a realidade desses alunos, seus desejos, sonhos, e principalmente seus objetivos dentro das salas

de aula, o que os motiva a estarem ali mesmo com tantas situações adversas. Compreender os mecanismos de resistência que os move e os faz voltar, e acima de tudo permanecer nas escolas, considerando que o sujeito da EJA, em uma visão geral, não teve negado apenas o direito á educação, mais foi excluído e usurpado deles o acesso a direitos básicos como saúde de qualidade, moradia digna, a assistência social, ao lazer e ao trabalho. Nesse sentido, a aprendizagem dos adultos é de grande valia social, contribuindo como ferramenta para o enfrentamento das diversas formas de exclusão dentro da sociedade, na medida em que é garantida como um direito humano e social. (UNESCO, 2010).

5.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo das minhas inquietações como futura pedagoga, e por que não dizer um desejo despertado há algum tempo proveniente da vivência nas salas da EJA resultantes das disciplinas de estágio, bem como da minha convivência pessoal com alguns frequentadores, propomos nesse trabalho apresentar o perfil dos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos - para além das aulas teóricas no Curso de Pedagogia, tendo como ponto de partida a visão do sujeito analfabeto ou não letrado apresentada por Freire, na qual o indivíduo é concebido como ser social dotado de saberes e capacidade de aprendizagem, capaz de ler e compreender o mundo que o cerca, e que sua transformação ocorre na interação e troca de saberes, se apoderando da consciência de seu papel como cidadão e libertando-se da opressão. Motivado pelo desejo de aprofundar o estudo sobre os frequentadores da EJA hoje, através de questionários e entrevistas, buscando nesse trabalho traçar o perfil dos alunos, em especial os da periferia cidade de João Pessoa – PB.

Freire justifica:

Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la). A alfabetização é, para o educador, um modo de os desfavorecidos romperem o que chamou de "cultura do silêncio" e transformar a realidade, como sujeitos da própria história (FREIRE, 2005, p.16).

Com o tema central - Uma breve discussão sobre quem são os sujeitos da EJA e quais suas expectativas nas salas de aula - surgiu a partir das minhas vivências durante os estágios supervisionado o interesse em conhecer um pouco mais sobre quem eram aquelas pessoas e o que os levou a procurar a escola, sujeitos de idades, sexos e realidades diferentes mais com a esperança nos olhos de que ainda é possível se apoderar daquilo que lhes foi negado em determinado momento da sua vida, de modo que, a partir do conhecimento do perfil socioeconômico-cultural poder contribuir com o processo de aprendizagem dos mesmos.

Tendo como fundamentos a pesquisa qualitativa, esse trabalho tem como objetivo principal conhecer os sujeitos da EJA de um modo geral, dando ênfase aos alunos da periferia de João Pessoa – Paraíba, para que através

desse conhecimento possa contribuir de forma significativa com o processo de aprendizagem dos mesmos.

Segundo MINAYO (2012), pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, sendo assim, o objeto da pesquisa qualitativa são as ações sociais se aprofundando no mundo dos significados. Com a vertente Marxista, a pesquisa qualitativa considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais, analisando os contextos históricos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais e possibilitando uma visão crítica do pesquisador. Sobre essa visão, a autora defende:

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o mundo das significações, com fenômenos humanos entendidos como realidade social (MINAYO 2012, p. 21).

É importante observar, que ao longo desse trabalho vem sendo apresentada uma educação que tinha como principal público os adultos, aqueles sujeitos que frequentaram minimamente ou nunca foram à escola, porém, não podemos deixar de discutir sobre o número crescente de jovens nas salas da EJA, presença essa que pode ser ocasionada pelo fracasso da escola durante a infância, não atingindo os objetivos propostos pelo sistema de ensino, chegando as salas da EJA com aspectos relacionados a deficiência do ato educativo, desmotivados e resistentes à escola, somando com elementos relacionados à indisciplina ou comportamento inadequado, dificuldades de aprendizagem e desistência, reprovações e até expulsão da própria escola.

Para FURTADO (2009), esses jovens podem vislumbrar na EJA a oportunidade de recuperar o tempo perdido no ensino regular de forma mais rápida, ou seja, com redução do tempo total dos estudos, tendo como ferramenta a flexibilidade de horário (geralmente noturno) para aqueles jovens que trabalham durante o dia, sendo também como alternativa de obtenção da

certificação de Ensino Médio na tentativa de recuperar anos marcados pela reprovação e desistência. Dentro desse contexto, a autora apresenta:

Esse é o lugar da EJA, lugar de oportunidade para quem está a margem da educação do nosso país, dos desfavorecidos, dos trabalhadores, também dos reprovados e desistentes. É o lugar do jovem, do adulto, do idoso, como também de seus filhos, bem pequenos que acompanham seus familiares por não terem com quem ficar em casa. [...]Esse é o lugar da EJA, um lugar próprio, com suas leis, diretrizes, orientações estaduais e municipais, com um processo organizado em ciclos, com faixas etárias que delimitam a entrada de pessoas com no mínimo 15 anos, que tem aulas organizadas em períodos de 40 minutos, intercaladas com intervalo, merenda e um sinal sonoro que demarca esses horários. (FURTADO 2009, p. 146)

Nesse contexto, apresentamos dados da pesquisa feita através da elaboração e aplicação de questionários e entrevistas (apêndices) em quatro turmas da Educação de Jovens e Adultos em duas escolas situadas na Zona Sul da cidade, a Escola Municipal Luiz Vaz de Camões e a Escola Estadual Rita Miranda, no total foram 80 (oitenta) alunos entre 16 e 69 anos, com a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico e cultural desses indivíduos, o resultado extraído dessa pesquisa foi de extrema importância para o desenvolvimento desse trabalho.

5.1. Descrição do campo da pesquisa

As escolas utilizadas como fonte dessa pesquisa situam-se ambas em um bairro periférico da cidade de João Pessoa – PB, uma da rede estadual e a outra da rede municipal de ensino. Situadas no bairro de Mangabeira Zona Sul da cidade, um dos bairros mais populosos e mais antigos da cidade, sendo considerado bastante desenvolvido do ponto de vista comercial. O bairro possui na sua totalidade, um canal de TV e um canal de Radio um amplo comercio e bastante variedade, como feira- livre diária, supermercados, bancos, loterias, postos de saúde, postos de combustível, 21 Escolas Municipais, 10 Estaduais, e 10 Creches, 01 Delegacia e 01 Shopping Center, acesso as praias, Mangabeira ainda conta com o distrito industrial como polo gerador de emprego e renda ao moradores.

Fundada no ano de 2000, a Escola Luiz Vaz de Camões conta com (11) salas de aulas funcionando nos 03 turnos/horários, sendo assim, a escola dispõe de 33 turmas distribuídas em três turnos: matutino, vespertino e noturno, as demais instalações do seu espaço físico são: (01) diretoria, (01) secretaria, (01) almoxarifado. 01 sala de Mais Educação, 01 sala de Vídeo, 01 Laboratório de Informática, 01 sala de Multimeios (um tipo de sala interativa), 01 sala dos Professores, 01 sala de reuniões onde são feitos os planejamentos escolares. A escola dispõe ainda de 01 cozinha, 01 refeitório, 01 arquivos, 03 WC femininos, 03 WC masculinos, 01 sala de banda marcial, 01 quadra poliesportiva, 01 sala para portadores de deficientes, 01 biblioteca.

A escola dispõe de um quadro de 70 funcionários dos quais 40 são professores que na sua maioria tem graduação em Pedagogia, salvo os que têm graduação em áreas específicas como professor de matemática e artes, assim, todo o quadro docente da escola possui nível superior.

A segunda escola visitada foi a Escola Estadual E. F. Professora Rita de Miranda Henriques, situada na área mais carente do bairro, fundada em 1997 (informação fornecida pela secretaria da escola) recebe alunos do próprio bairro e dos bairros circunvizinhos, atende hoje um público médio de 438 alunos divididos em 242 matriculados no ensino regular e 196 na EJA, funciona os três turnos, bem diferente da escola citada anteriormente, tendo espaço físico restrito pela sua localização, a escola não dispões de quadra de esportes, possui 07 salas de aula, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 sala de leitura, wcs, pátio coberto. Seu corpo de funcionários é no total de 43 pessoas (professores, cozinheiras, auxiliar de secretaria, diretor), a maioria dos professores tem graduação em Pedagogia e em outras áreas específicas.

Ambas as escolas, possuem Conselho Escolar responsável pela fiscalização e aplicação dos recursos recebidos, considerando-se uma gestão democrática cada membro da comunidade escolar expõe opiniões em relação ao funcionamento da escola a relações aluno professor e transfere respeito e são selecionados com muito diálogo. O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi atualizado a cada 02 anos pela equipe técnica (segundo informações cedidas pela secretaria) e conselho escolar sem participação da comunidade. O planejamento pedagógico é feito pelos professores e equipe técnica, direção bimestralmente, e mensalmente entre professores e supervisores e o currículo

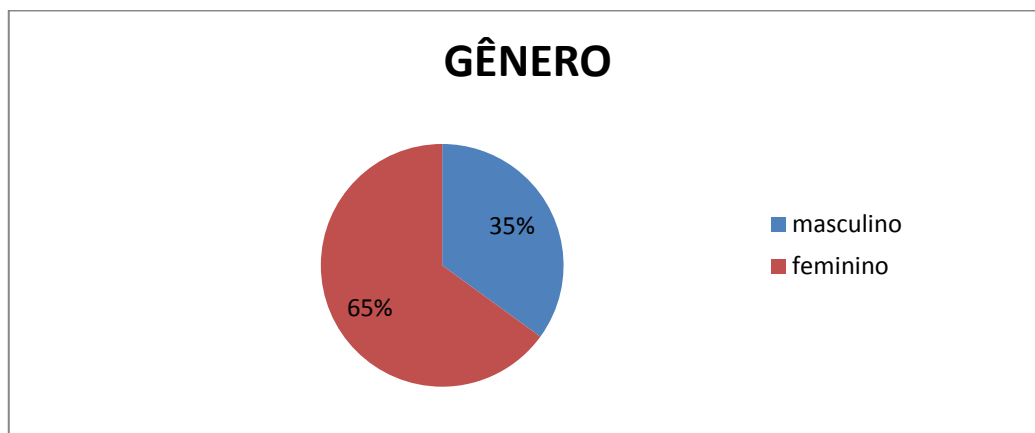
escolar é desenvolvido por série e com base na realidade da comunidade, tendo em vista que a escola atende alunos com necessidade especiais e em sua grande maioria, a escola atende alunos com perfil periférico.

5.2.Resultados da pesquisa

Entre os alunos participantes da pesquisa, constatou-se que 60% são do sexo feminino e 40% do masculino. A faixa etária predominante está entre jovens e adultos acima de 40 anos, totalizando 55% da amostra, seguida por aqueles entre 16 e 39 anos, somando 20% e os acima de 50 anos totalizando 25%. A permanência de adultos é maior e diferente da dos jovens, talvez pela maturidade biológica e muitas vezes pelos objetivos ligados ao trabalho e realização pessoal tem expectativas diferentes. Geralmente vindos classes populares, procuram a escola para qualificar-se profissionalmente, melhoria na leitura e escrita, ou até aquisição, concluir etapas da escolarização socializar-se com outros indivíduos, fazer novos amigos, fugir da solidão sentida depois que os filhos crescem. Apesar da vida dura e do histórico de exclusão, eles permanecer nelas apesar de inúmeros fatores contrários.

Durante a coleta de dados da pesquisa, observei que cada sujeito que estava ali naquelas salas de aula, depois de um dia cansativo de trabalho, muitas vezes contra a vontade de seus familiares, tudo em busca de um sonho, de alcançar um objetivo, conclusão dos estudos, aquisição de certificação ou até mesmo uma melhoria na qualidade de vida. No caso das mulheres a dificuldade ainda se torna maior, durante os relatos, algumas confessaram que chegaram a estudar em algum momento da vida, porém ao casar ou engravidar tiveram que abandonar a escola. Essas mulheres além de trabalhar fora, ainda tem casa, filhos pra cuidar e um marido que muitas vezes são contra a permanência delas nas escolas, sem falar nos riscos (assaltos, estupros, assédios) que elas correm no percurso de casa a escola e vise versa, tomei a mulher como exemplo pelo fato delas ser maioria nas salas da EJA, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01: Gênero dos alunos



Fonte primária: 2017

De acordo com do gráfico acima, percebemos que nas escolas visitadas que atendem a EJA predomina alunos do sexo feminino, na sua grande maioria são mulheres com mais de 40 anos - mais também temos jovens oriundas do ensino regular - donas de casa, mães e até avós, trabalhadoras e que voltam as salas de aula após anos distantes pelos mais variados motivos, através de relatos, retorna com muitas expectativas e anseios. Estes sujeitos procuram as unidades escolares, na sua grande maioria com o desejo de se alfabetizar ou concluir etapas da escolarização, a qual teve impedimento pela situação de pobreza aliada ao machismo de seus companheiros, elas precisavam cuidar da casa e dos filhos não sobrando espaço para estudar.

Sobre a questão, relata uma entrevistada:

Preciso trabalhar para ajudar meu marido nas despesas de casa, temos dois filhos com 02 e 10 anos que ficam com minha sogra. Voltei a estudar para melhorar de vida! Já tinha iniciado os estudos, mas tive que parar quando me casei e em seguida engravidei, meu sonho é terminar o ensino médio (M.A.C 30 anos, 2º ciclo EJA).

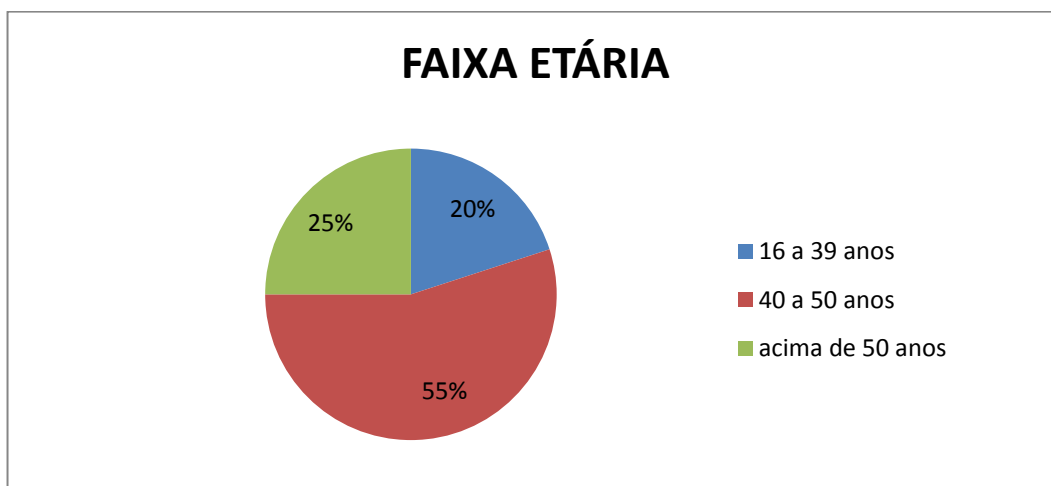
O quadro a seguir apresenta-se a faixa etária dos frequentadores da EJA, apresentando 55% dos alunos tem entre 40 e 50 anos, vale lembrar que grande parte desses números são mulheres, seguido por 25% de idosos e 20% de jovens que tem entre 16 e 39 anos. Apesar de a presença dos jovens não

ser a parcela maior da amostra, eles apresentam um número expressivo de frequentadores, com interesses peculiares, e após uma trajetória de abandono, reprovação, fracasso, os jovens vem na escola em busca de credenciamento, formação humana, escolarização, certificação, ou até mesmo socialização, lugar de fazer novas amizades e “muitas outras coisas”, nesse sentido, os jovens que permanecem na sala de aula não se conformam com sua atual situação socio-econômica, mais acreditam que a escola possa os conduzir a mobilidade social, mesmo que seja através da certificação.

Nesse sentido BRASIL apresenta:

Uma das principais características do aluno EJA é sua baixa auto-estima, reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual passagem pela escola muitas vezes marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Já que seu desempenho pedagógico anterior foi comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma auto-imagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (BRASIL, 2006, p. 19).

Gráfico 02: Faixa etária



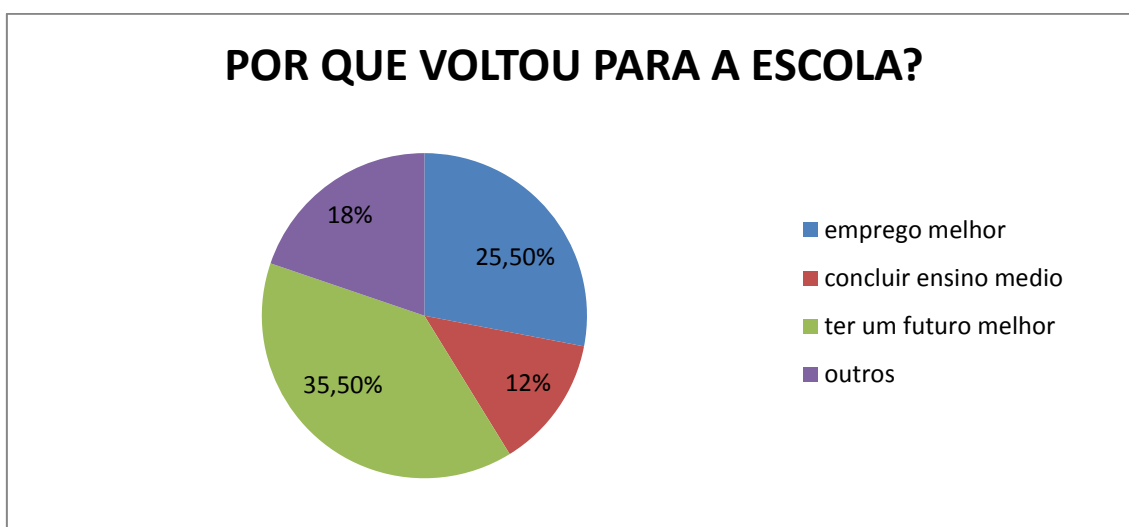
Fonte primária: 2017

No gráfico 02, verifica-se que alunos entre 40 e 50 anos representam 55% dos frequentadores da EJA, o que demonstra a realidade que de acordo com o censo 2015 mostra que o maior índice de analfabetos no Brasil se concentra no grupo de pessoas com idade acima de 40 anos, ou seja, 37,6% dos analfabetos brasileiros. Esse resultado aponta que a maioria desses alunos ingressou na escola tardiamente, com uma trajetória de fracasso e evasão por

vários motivos envolvendo fatores sociais, econômicos, pessoais e até falta de motivação (Censo Escolar - INEP 2015).

Percebemos através dos dados apresentados, que o retorno das mulheres nessa faixa etária mais velha levanta uma hipótese: muitas meninas afastam-se da escola quando têm filhas/os ainda na adolescência e só conseguem retornar quando suas crianças crescem. Principais responsáveis pelo cuidado das crianças, elas abrem mão da escola para se dedicarem à rotina de maternidade e, assim, é somente com suas/eus filhos mais velhos e mais independentes que elas conseguem retornar à escola e concluir a educação básica. Essa situação reafirma o quanto nossa cultura associa o cuidado das crianças às mulheres (enquanto há culturas em que o cuidado é dividido igualmente entre homens e mulheres) (FUNDAÇÃO VALE, 2014).

Gráfico 03: Por que voltou a escola?



Fonte primária: 2017

O gráfico 03 apresenta algumas das razões pelas os alunos retornam as salas da EJA, pelos dados apresentados “ter um futuro melhor” e “conseguir um emprego ou talvez um melhor do que já tem” foram às razões mais citadas pelos educandos, percebemos que o trabalho ainda é umas das principais causas de busca, permanência ou retorno as salas de aula principalmente na EJA. Justifica-se esse resultado, considerando através de relatos, que a maioria dos jovens e adultos retorna as salas de aula objetivando uma

formação escolar possa fornecer qualificação, empregabilidade e melhores salários.

Relata o aluno:

Trabalho desde menino! Já trabalhei na roça, no corte de cana, e hoje trabalho na construção civil. Quase não estudei, tive que deixar a escola ainda menino para ajudar no sustento da família, ainda aprendi a escrever meu nome, e só... Vim pra EJA para aprender a ler e escrever desejo tirar minha carteira de habilitação para tentar uma vaga de motorista na empresa, eles pagam bem (J.P.S. aluno EJA 2º ciclo).

Para PINTO (2013), a relação do homem com o trabalho define e expressa sua essência em todas as fases da vida, potencializando na fase adulta. O trabalho condiciona o sujeito na busca de condições de se firmar socialmente, adquirir seu sustento e de seus familiares, realização pessoal. O retorno à escola depois de anos, objetiva além de melhoria nas condições de trabalho, uma realização social e a inserção social/profissional que daria melhor situação financeira. Defende o autor:

O homem é produto do seu trabalho (o garçom se faz garçom). Mas com esse trabalho se incorpora ao trabalho social geral, que configura a etapa vigente da sociedade, reverte em forma social, quer dizer, como o trabalho aplicado a construir a sociedade tal se encontra, ao próprio executante, sob a forma de condicionamentos sociais, salários, valores, ideias dominantes, etc (PINTO 2013, p. 82).

Diante dessa discussão, compreendemos que, para a inserção dos jovens e adultos descritos ao longo desse trabalho, no mercado de trabalho formal ou conseguir um trabalho melhor, se faz necessário maior investimento em escolarização, pois um nível de qualificação maior lhes dará oportunidades de concorrer pelos poucos postos de trabalho que ainda estão disponíveis, buscando também melhorar sua condição socioeconômica. Nesse sentido, apresentamos referenciais do CNE sobre o exposto:

A educação, como chave indispensável para o exercício da cidadania contemporânea, vai se impondo cada vez mais nesses tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na

educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificação (BRASIL, 200, p. 11).

De acordo com a pesquisa exposta acima, constatamos que os perfis dos alunos estudados são oriundos de classes populares com pouquíssima ou nenhuma instrução, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, trabalhadores e desempregados, excluídos do sistema educacional que retornam ou permanecem na escola em busca de escolarização, depositando na escola suas ânsias e expectativas de melhoria de vida, de qualificação profissional, melhor colocação no mercado de trabalho, certificação, realização pessoal entre outras razões.

Ao final da coleta de dados (pesquisa), percebi que os sujeitos da EJA são pessoas que por motivos variados, precisaram deixar ou até mesmo nunca foram à escola na idade regular, com história de vida riquíssima, com uma sede de conhecimento e um desejo de aprender incrível, devendo ser estimulado e aproveitado pelo professor. Muitas vezes o aluno chega à EJA com uma experiência prévia de sala de aula acarretada de um fracasso escolar que pode ter sido produzido por vários motivos, principalmente entre os alunos mais jovens. No decorrer dessa análise, pude comparar a teoria estudada na universidade com a realidade vivida pelos alunos nas salas da EJA, percebi que os variados contextos sociais que envolvem esses sujeitos devem ser observados com mais relevância, e o professor que, muitas vezes não tem o preparo para lidar com diversas situações, acaba sendo parceiro no fracasso ou na evasão desse sujeito, desse modo, os sujeitos da EJA devem ser vistos com olhos de quem tem um conhecimento prévio de uma vida, e que pode ser aproveitado pelo professor, evitando a infantilização das atividades, afim de que o aprendizado seja espontâneo e satisfatório.

Nesse contexto, Pinto defende:

O educando adulto, é antes de tudo um membro atuante da sociedade ao qual cabe a produção social. Não apenas por ser um trabalhador, e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência (2013, p. 82)

Assim o sujeito da EJA é dotado de cultura e conhecimentos que podem e devem ser aproveitados nas salas de aula como meios de facilitar o processo

de ensino-aprendizagem, cabendo ao professor adotar o papel de facilitador, estimulador e incentivador desse processo, abordando temas relevantes que façam parte do cotidiano desses sujeitos. De modo que o educador de adultos tem que admitir que os frequentadores da EJA são pessoas normais e cidadãos úteis, considerando o educando não como um ser marginalizado, um caso de anomalia social, mas, ao contrário, como um produto normal da sociedade em que vive, devendo ser considerado como ser pensante portador e produtor de ideias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi conhecer o perfil socioeconômico, cultural e educacional dos alunos que frequentam a EJA, bem como investigar os motivos que os levaram a procurar a escola para iniciar ou continuar seus estudos. A pesquisa apresentou importantes contribuições para avaliação destes perfis, considerando que, a partir dos resultados alcançados, observa-se que as pessoas que procuram a EJA são trabalhadores e desempregados que estudam por conta de exigências do próprio mercado de trabalho, em busca de realização pessoal ou para aquisição do conhecimento e certificação, facilitados pela flexibilidade de horário e metodologia da EJA.

A produção desse trabalho foi além das formalidades exigidas pela academia, investigar sobre o perfil dos alunos da EJA era um desejo que me acompanhava desde que comecei a frequentar as salas durante os Estágios Supervisionados, eu achava que minha vida era dura pelo fato de trabalhar durante o dia e estudar a noite, porém ao conhecer aquelas pessoas vi que meus problemas eram mínimos perto do deles. Ter tido a oportunidade de desenvolver essa pesquisa com alunos da EJA foi muito gratificante e enriquecedor, ver o brilho nos olhos deles ao contar suas histórias de vida pautada entre exclusões e superação.

Sugere-se que este trabalho não seja finalizado, considerando que a pesquisa apresentou limitações tanto quanto à sua população, como ao tamanho da amostra, não permitindo generalizações, devendo-se avaliar, em estudos futuros, outros cursos da instituição, assim como de outras instituições de ensino. Pretende-se com estudos desta natureza contribuir para o debate acerca da utilização da metodologia EJA no processo de ensino e aprendizagem aplicado neste perfil de aluno, que constitui parcela significativa da sociedade.

7. REFERENCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2005, p. 19- 50.

BRASIL. Ministério da Educação. **Confêrencia Internacional de Educação de Adultos (Confitea) VI: Marco da ação de Belém.** 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/fieadmin/MULTIMEDIA/UIIL/confitea/pdf/working_documents/Belem%20Framework_Final_ptg.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1997. 3 v.

BRASIL, Ministério da Educação, **Coleção trabalhando com a educação de jovens e adultos, Caderno 5: O processo de aprendizagem dos alunos e professores.** Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação, **Coleção trabalhando com a educação de jovens e adultos, Caderno 4: Alunos e alunas da EJA.** Brasília, 2006

BRASIL. MEC. Documento Base Nacional. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, 20 de mar. De 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf>.

BRASIL.MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos.** Vol. 1. Brasília, MEC, 2002.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96.** Brasília, 20 dez. 1996

CALAÇA, Suelídia Maria. **Juventude de origem popular, educação de jovens e adultos e ensino médio no projeto PET/Conexões de Saberes.** Ed. Ideia. João Pessoa, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 42 ed. 2005.

FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos: produção do fracasso escolar e tática de resistência no cotidiano escolar.** Ed. CCTA UFPB. João Pessoa, 2015.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 9. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007. (Guia da Escola Cidadã; v, 5).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Ed. Vozes. 31ª Edição. Petrópolis, RJ, 2012.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo : Loyola, 1983.

PAIVA, Vanilda Pereira - **Educação Popular e Educação de Adultos-5ª edição** - São Paulo -Edições Loyola – Ibrades – 1987.

VALE, Fundação. **Jovens e Adultos na sala de aula: sujeitos e aprendizagens na EJA**. Brasil, 2014. Disponível em: http://www.viveraprender.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Compila%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o-Vale_SITE-1.pdf . Acesso em 07 de setembro de 2017.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

ANEXOS

APÊNDICES





